

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

CONHECER PARA VALORIZAR:

Valorização do trabalho do homem do campo

PATO BRANCO

2014

MARTA SUZANA HARTMANN SAMPAIO

CONHECER PARA VALORIZAR:

Valorização do trabalho do homem do campo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção da certificação do curso de Especialização em Educação do Campo, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a Lucia Helena Alencastro

PATO BRANCO

2014

CONHECER PARA VALORIZAR:

Valorização do trabalho do homem do campo

Marta Suzana Hartmann Sampaio¹

Prof^a Orientadora Lucia Helena Alencastro²

Especialização em Educação do Campo, da Universidade Federal do Paraná, setor Litoral³

Resumo

Este relato é fruto de uma experiência realizada na segunda série do Colégio Estadual Tancredo Neves-EFM, município de São João-PR. A partir da intervenção da pesquisa-ação “Conhecer para valorizar” no primeiro semestre de 2014. O objetivo foi promover ações para a valorização do trabalho do homem do campo enquanto método didático de aproximação do educando com o homem do campo. O desenvolvimento do trabalho demonstrou a aplicabilidade de ações extraclasse como uma das estratégias de sensibilização do educando para a valorização do homem do campo enquanto ser social e indispensável a vida humana. O mesmo se desenvolveu na escola para que pudessemos, além de intervir através das aulas, também realizar uma visita à feira de “Artes e Sabores” e à Casa Familiar Rural. Observarmos a possível mudança de comportamento nos nossos educandos quanto ao trato ao homem do campo, bem como ao aluno oriundo da escola do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo; Valorização trabalho do campo; escola.

Abstract

This report is the result of an intervention study with second grade students of Colégio Estadual Tancredo Neves - EFM, from São João-PR. Through this research named "Conhecer para Valorizar" which was done in the first half of 2014 and had as the main purpose promote actions for the value of human work in the field while teaching method to approach the students to the farmers. The development of this work has demonstrated the applicability of extracurricular actions as a strategy to help students to give more value and appreciate the farmers as a social and human being who are very important to our lives. This study was developed at school so that we could, do something through classes, visit the fair and the rural family home, so that we had the opportunity of observing the possible changes of behavior in our students related to the respect to the man of the field and the students from the field school.

INTRODUÇÃO

De modo geral a sociedade brasileira precisa reconhecer a importância do trabalho do homem do campo para a sua vida. Desta forma os alunos que estudam nas cidades devem conhecer a realidade vivida pelos colegas trabalhadores do campo, para então valorizar esse trabalhador como parte de sua história de vida. Em vários países, como EUA, Japão e França, os pequenos agricultores são valorizados e compensados financeiramente para permanecerem no campo e na produção agrícola. No Brasil, a realidade é outra, e a maioria não recebem subsídios diretos vinculados à produção, e nem sempre são valorizados pelo trabalho que desenvolvem, em detrimento de sua promoção como cidadãos e da sustentabilidade de sua atividade produtiva.

Os saberes, as experiências, e o dia a dia dos povos do campo não são tomados como referência para o trabalho pedagógico, nem para organizar o sistema de ensino ou a formação de professores e a produção de materiais didáticos. Isso contribui para descaracterizar a identidade dos povos do campo, no sentido de se distanciarem do seu universo cultural. De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação do campo vemos que:

(...) para a educação que se quer construir, um procedimento essencial é a escuta: - escutar os povos do campo, a sua sabedoria, as suas críticas; - escutar os educandos e as suas observações, reclamações ou satisfações com relação à escola e à sala de aula; - escutar as carências expostas pelos professores das escolas do campo; enfim, ouvir cada um dos sujeitos que fazem o processo educativo: comunidade escolar, professores e governos, nas esferas municipal, estadual e federal; - por meio da escuta, será gerado o diálogo e nele serão explicitadas as propostas políticas e pedagógicas necessárias à escola pública. (p.30).

Portanto, apresentar um discurso, balizado por ações de valorização do homem do campo, parece ser urgente nas escolas, onde há alunos que vem do campo, convivendo com alunos que moram na cidade. Dessa forma, pretendemos chamar atenção para a necessidade da valorização do homem rural como cidadão e mostrar a importância de seu trabalho para a sociedade, fundamentando-se no fato de que este homem é um ser de trabalho que, independente da ocupação social, da escolaridade e do lugar de habitação, reflete sobre sua prática social, toma

decisões, cria, transforma e age de forma coletiva e organizada em busca de seus objetivos.

Este trabalho apresenta como principal objetivo valorizar o homem do campo, sua vida, seu trabalho, reconhecendo assim a importância na vida de todos e na história da humanidade. Assim, o presente trabalho representa o relato de uma experiência pedagógica envolvendo ações voltadas à valorização do homem e do trabalho do campo fazendo uso da pesquisa ação.

Engel (2000) cita a mesma como uma pesquisa que une a pesquisa à prática, surgiu na década de 1960, na área da sociologia, e hoje é utilizada em várias outras áreas do conhecimento e da Educação. Como sabemos os conhecimentos não estão acabados, logo eles vão sendo construídos e os educadores ao invés de apenas reproduzirem as pesquisa já realizada por outros, deveriam fazer sua própria pesquisa. Desta forma, a pesquisa-ação é o instrumento ideal para uma pesquisa relacionada à prática.

Neste trabalho usa-se esta por meio de atividades pedagógicas abrangendo: estudos e discussões em sala de aula abordando o tema do homem do campo; visita e pesquisa junto à Casa Familiar Rural e a Feira de “Artes e Sabores”. Soma-se ainda atividades objetivando compreender a pedagogia da alternância em seus fundamentos teóricos e práticos.

A intervenção ocorreu em uma das turmas de segunda série do Ensino Médio do Colégio Estadual Tancredo Neves-EFM de São João-Pr, envolvendo um total de 42 alunos. Na turma envolvida no projeto, participam estudantes residentes da cidade, assim como aproximadamente 12 residentes do campo. Justifica-se a importância destas ações em função de dificuldades enfrentadas por alguns alunos em compreender a realidade e importância do colega que vem do campo, filhos de agricultores. Em muitos momentos, observa-se nas interações em sala de aula, a utilização de termos pejorativos e certa ironia em referência aos “colonos”, termo utilizado para fazer referência aos estudantes que não são da cidade.

Portanto, compreende-se que somente a partir de vivências concretas, onde a turma possa conhecer o trabalho do homem do campo, os estudantes residentes das cidades vão valorizar esse trabalhador com seu devido reconhecimento.

II. CONTEXTUALIZANDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

De acordo com as leituras, vimos que a Educação do Campo sempre foi marcada pelo desprezo e pouca atuação do poder público. Na década de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n. 4024/61) deixou a educação rural a cargo dos municípios, e nada de significativo foi feito. Com a Lei n. 5692/71, não houve avanços para a educação rural, uma vez que nem se discutia o ensino de 2.º grau (Ensino Médio) para as escolas rurais. No final dos anos de 1990, espaços públicos de debate sobre a educação do campo foram efetivados, e essa Educação só começa a ser olhada e tratada pelos órgãos públicos com um pouco mais de interesse em meados do século XXI.

Uma conquista importantíssima originada pelas lutas e organizações do povo do campo na construção da Educação do Campo foi a elaboração das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer nº 6/2001 e Resolução nº 1 //2002 do Conselho Nacional de Educação), publicada no Diário Oficial em Abril de 2002. Este documento mostra-nos que a identidade da escola do campo é definida a partir dos sujeitos sociais a quem se destina: agricultores, os familiares, assalariados, os assentados, os ribeirinhos, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim, todos os povos do campo brasileiro. Apesar dos avanços que se observa para a construção da Educação do Campo, por meio da Lei nº. 9.394/96 e das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, acreditamos que devemos refletir e discutir a Educação do Campo, contribuindo para fortalecer as lutas em busca de novas conquistas, pela superação da injustiça, e por uma educação do campo de qualidade e significativa para todos.

Considerando que a educação do campo se encontra em processo de desenvolvimento em todo país, e de acordo com a LDB um fator importante para isso ocorrer é compreendermos que a vida na zona rural é formada por diversas culturas, e que a escola do campo é para muitos a única oportunidade de socializar as experiências, as ideias e os conhecimentos. Desta forma o importante é dar suporte adequado a essas escolas menos favorecidas e muitas vezes abandonadas a própria sorte. Em nosso município vemos professores e até gestores que não tem conhecimento da necessidade de trabalhar de forma diferenciada nas escolas do campo conforme as diretrizes operacionais. É necessário que o ambiente, onde as

escolas do campo estão situadas, seja observado e percebido como um lugar não somente agrícola, mas sim com múltiplas distinções culturais, principalmente de construção de valores étnicos, igualitárias e educacionais. Nas escolas localizadas no campo, percebe-se uma prática de ensino com algumas ações voltadas para a identidade e a cultura campesina. Os maiores problemas percebidos, para a aplicabilidade das Diretrizes nas escolas são: a rotatividade de professores, a falta de qualificação, e a ausência de materiais didáticos, voltados para a realidade campesina. Outro fator que deveria ser considerado é a questão do calendário escolar adequado aos fatores, e sabemos que todas as escolas possuem o mesmo calendário, indiferente do clima e da época do plantio, enfim não se leva em consideração as diretrizes da educação do campo. Com relação aos conteúdos curriculares, observamos que não são adequados aos interesses do aluno que vive no campo de acordo com as diretrizes, são na realidade todos iguais na cidade e no campo. Certamente algumas ações são urgentes, como: o reconhecimento da necessidade da escola voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos trabalhadores do campo. Pensar em uma proposta de educação básica que assuma a identidade do meio rural, não somente como forma cultural diferenciada, mas principalmente como ajuda específica de um projeto de desenvolvimento do campo, voltada aos interesses e autonomia do homem do campo.

III. A VALORIZAÇÃO DO HOMEM DO CAMPO COMO PARTE DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Sabemos que o mais importante do processo ensino-aprendizagem é estimular o processo de ensino em função da aprendizagem dos alunos, o método de ensino que usamos depende do objetivo da aula. Para cada tema existe um método que provavelmente dará maior resultado. Para alguns temas o melhor é aplicar várias metodologias ao mesmo tempo ou na mesma aula.

Ao trabalhar com o tema educação no e do campo é necessário que utilizemos intencionalmente um conjunto de ações, leitura, debates, exposição do conteúdo e opiniões dos alunos. Neste caso, torna-se fundamental ouvir as experiências que os próprios alunos vivenciam, para desta forma dar mais significado a aprendizagem. Freire (2011) relata em seu livro “pedagogia da Autonomia” que nós enquanto

escola devemos respeitar os saberes socialmente construídos pelos alunos na sua comunidade. Tentar entender junto deles, o porquê estudar determinados conteúdos e os problemas por eles vivenciados. E ainda estabelecer uma intimidade entre os saberes curriculares fundamental aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos. Para que se efetive a valorização da cultura dos povos do campo na escola é necessário repensar a organização dos conteúdos específicos a serem trabalhados bem como, o homem do campo, sua vida e seu trabalho. Nessa tentativa desenvolvermos diferentes ações, englobando pesquisa, compreensão da proposta da pedagogia da alternância, uma vivência com os estudantes na Casa Familiar Rural para que compreendessem mais sobre a vida no campo, e também uma visita a feira de “Artes e Sabores” realizada no município por pequenos agricultores, como veremos a seguir.

3.1 - A Música Como Método de Trabalho

Sabendo que a música pode ser um recurso eficaz no processo de ensino e aprendizagem, tornando as aulas mais interessantes e dinâmicas e despertando a atenção e o interesse do nosso aluno, iniciamos a intervenção utilizando a música “**Obrigada ao homem do campo**” de Dom e Ravel, que fala do trabalho, da vida e dos alimentos produzidos pelo homem do campo. Em seguida abrimos espaço para comentários sobre a música. Os comentários foram variados, desde o gosto musical (que não faz parte do gosto deles) até o conteúdo da música, pois agradece ao homem do campo pelo pão, o alimento, pela matéria prima, e as pessoas que vindas do campo seguem as mais variadas profissões. Essa valorização não é conteúdo contemplado no livro didático diretamente, neles aparecem conceitos de agroecologia, dos produtos transgênicos, sobre a reforma agrária, o MST, o espaço rural e a modernização da agricultura, as relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista, porém não destaca o valor deste trabalhador. Cabe a nós educadores mostrar ao nosso aluno essa importância, dando vida aos conteúdos, e levando nosso aluno a se posicionar de forma crítica a respeito da forma de ver e conviver no mundo.

3.2 – O Trabalho do Campo

Também realizamos um estudo sobre a agricultura no Brasil, com textos do livro didático. Encontramos um comparativo entre a agricultura tradicional e a moderna, o agronegócio, as principais produções do Brasil, a pecuária, a reforma agrária, o MST, e os produtos transgênicos. Este foi o momento da explanação e debate sobre o assunto, o que levou nossos alunos a conclusão que a agricultura é uma atividade de grande importância para o homem, pois é a partir dela que temos o nosso sustento. O agronegócio está presente em nossas vidas, e moramos em um município tipicamente agrícola. Outro fator considerado foi a importância da agricultura familiar, pois é dela que vem nossos alimentos, uma vez que o grande produtor irá produzir em grande escala para a exportação.

A partir das leituras e conversação, em grupos (duplas ou trios) foi elaborado um roteiro de observação para a visita na feira de artes e sabores. Esse roteiro partiu dos estudantes, suas curiosidades e interesses em relação a esta realidade.

A principal curiosidade dos alunos era em visitar a feira, pois muitos nunca tinham ido a feira, quais os produtos vendidos na feira? Quem trabalha nela? Enfim ficaram tão entusiasmados e empolgados que foi difícil fazer a relação entre o conteúdo programático e a observação no espaço externo.

3.3 – A Visita a Feira de “Artes e Sabores”

A feira de “Artes e Sabores” ocorre uma vez por mês no nosso município. Na feira há barracas de diversos produtos como: alface, beterraba, melado, pé de moleque, amendoim, artesanato, pão, bolacha, macarrão, panqueca, peixe, lasanha de peixe. Todos os produtos feitos ou plantados pelas agricultoras em suas colônias são sem agrotóxicos e/ou desenvolvidos artesanalmente. Geralmente o agricultor produz para o próprio consumo e comercializa o excedente em função da demanda para a comunidade local. O cultivo é feito de forma saudável, com insumos naturais produzidos pelo próprio agricultor, como esterco de galinhas, vacas e sobras de alimentos como frutas e verduras.

Durante a visita a feira de artes e sabores, os alunos em grupo (anteriormente determinados) foram conversar com as mulheres, sobre o seu trabalho, a renda, o processo de produção e a valorização do trabalhador do campo. As respostas surpreenderam nossos educandos, que constataram que as moradoras do campo amam suas vidas, seu lugar, e ainda o que fazem, algumas relatam ter ido embora

para cidades maiores como São Paulo, Curitiba, e acabaram voltando. Segundo relato dos estudantes, elas reclamam somente das estradas, do local onde ocorre a feira, mas estão satisfeitos, inclusive com a renda que chega em um dia de feira a mil reais, essa renda é um complemento, pois a maioria são pequenas agricultoras e plantam feijão, soja, milho, trabalham ainda com a pecuária, suinocultura, e avicultura. Os estudantes também constataram que a mulher agricultora não é uma personagem passiva e sem iniciativa, pelo contrário, ela cria, busca, inventa, aprende, e constrói sua própria história na agricultura e no meio rural em que está inserida. Além disso:

Como já foi observado, é significativa a redução de pessoas ocupadas na agricultura, aumento do número de pessoas residentes no campo exercendo atividades não-agrícolas e ao aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que combinam a agricultura com outras fontes de rendimento. (Silva, 1996, p.56).

Desta forma os educandos perceberam que essas agricultoras buscam com a feira, aprender mais e ajudar na renda familiar para assim permanecer no campo, que é o maior desejo de todas as entrevistadas. No momento da entrevista os alunos perguntavam as feirantes questões que não tinham sido anotadas, e que eram curiosidades deles, como por exemplo, onde elas moram (em qual distrito) a quanto tempo moram na localidade, se tem vontade de sair do campo, enfim questões a respeito da vida particular das moradoras. Os estudantes realizaram a atividade de forma tranquila, sem inibição, até mesmo os que não falam muito na sala de aula superaram as expectativas.

3.4 – A Visita a Casa Familiar Rural

Para finalizar o trabalho visitamos a Casa Familiar Rural no Município de Sulina para ver como ela funciona, bem como o trabalho desenvolvido pelos alunos. A Casa Familiar é uma escola diferente, é a experiência mais próxima da realidade dos alunos do campo, como podemos ver:

As Casas Familiares Rurais surgiram em 1935, diante da realidade camponesa que desafiava todos os setores da sociedade civil francesa, viu-se a necessidade de formar uma educação que respondesse ao cotidiano rural. Surge assim, a Pedagogia da Alternância. As “Maison Familiale Rural” nasceram da sensibilidade do Padre Abbé Granerau, que se viu com o

desafio de responder ao clamor dos pobres filhos de agricultores de sua paróquia, os quais sentiam a dificuldade de dar continuidade aos estudos devido à distância e, principalmente, ao problema das escolas centralizarem, no espaço e na pedagogia, somente o universo valorativo urbano. A origem da Pedagogia da Alternância se encontra, assim, dialogicamente unida à estrutura eclesial o que se caracteriza até nossos dias. (CASAS FAMILIARES RURAIS, 2014).

Na visita os alunos conheceram um pouco sobre a pedagogia da alternância, surgida na França em 1935, fundada por um padre que sentiu a necessidade de criar uma escola que ajudasse os alunos a trabalhar e permanecer no campo. Segundo relatos dos alunos funciona da seguinte forma: eles chegam na segunda pela manhã e passam a semana na casa, tendo aulas teóricas e práticas, só retornando para suas casas na sexta-feira onde irão permanecer na próxima semana, com atividades que deverão ser realizadas como parte das aulas práticas. Hoje no mundo há 1.200 casas familiares, espalhadas em 35 países, no Paraná há 44 casas, 22 em Santa Catarina e 7 no Rio Grande do Sul, segundo informações dadas pela engenheira agrônoma responsável da casa familiar visitada. As casas familiares trabalham de acordo com a realidade de cada região, há um tema por semana e todos os professores devem adaptar o seu conteúdo ao tema. Existe o plano de estudo que o aluno leva para a casa com perguntas a família sobre a agricultura, o plantio, a colheita. O contato individual ocorre quando o aluno chega na casa e o professor corrige seu plano de estudo. Os alunos são chamados pelo nome, os professores conhecem as suas moradias, as famílias, e a cada alternância ocorre uma visita na propriedade. Outra curiosidade que os alunos descreveram foi o caderno de alternância, onde é escrito tudo o que ocorre na propriedade na semana que não estão na escola, tudo em relação às atividades que os alunos ajudaram ou aplicaram nas propriedades. Para entendermos melhor essa prática vemos que:

O saber tradicional dos camponeses, passado de geração em geração, não é mais suficiente para orientar o comportamento econômico. O exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão por meio de uma nova contabilidade. (WANDERLEY, 2003, p. 46).

No terceiro ano da casa familiar, ou seja, no último ano os alunos fazem um projeto que irão aplicar na sua propriedade, mostrando os resultados, todo o trabalho é

acompanhado pelos educadores e profissionais da agricultura como agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas.

Com o intuito de ressaltar a importância do agricultor nas nossas vidas a engenheira agrônoma, diretora da casa familiar rural, afirmou: *“Podemos viver a vida toda sem necessitar do serviço de um advogado, um arquiteto, um analistas de sistemas, um geógrafo, uma decoradora, mas não tomamos nosso café da manhã sem o trabalho de um agricultor”*.

Essa fala chamou a atenção de todos, pois aparece em todos os trabalhos de sistematização realizados pelos alunos para relatar e refletir sobre a visita.

IV. Os Impactos das Vivências na Aprendizagem dos Educandos

As ações foram finalizadas com uma atividade de sistematização de todas etapas realizadas durante o projeto. Essa atividade foi realizada em grupo, onde os estudantes deveriam elaborar um texto descrevendo as atividades, e o que mais gostaram. Nesse processo sobre as principais reflexões resultantes da nossa intervenção, várias questões foram levantadas, as mais significativas foram a forma como o homem do campo é visto, a importância da agricultura para a economia e o abandono do jovem agricultor da sua vida no campo. Essas questões aparecem claramente nos depoimentos dos nossos alunos e indicam a percepção sobre diversas questões relacionadas a importância da agricultura para o país, como veremos a seguir.

4.1- A Importância da Agricultura para a Economia

Há muito tempo a agropecuária (agricultura e pecuária) desempenha um papel de grande importância no cenário da economia nacional. Segundo a CONAB o setor da agricultura tem proporcionado rendimentos crescentes para a economia do país elevando assim seu PIB. Sabemos que o Brasil ocupa o primeiro lugar no mundo em produção de café, cana-de-açúcar, laranja e bovinos. Essa importância é vista e reafirmada no relato de um dos estudantes quando menciona que mesmo sabendo da importância da agricultura para a economia, nem todos valorizam o trabalho agrícola, e mesmo sabendo que dependemos principalmente dos pequenos agricultores, que plantam e colhem os alimentos que vem para as nossas mesas, há uma desvalorização por parte de alguns moradores urbanos sem conhecimento do

que é o trabalho agrícola. Conforme constatamos nesse relato “(...) *apesar de ser desvalorizado o serviço agrícola por parte da população, ele é visto com bons olhos por alguns moradores.*” (aluno 02).

Outra preocupação que surge nos relatos dos estudantes diz respeito aos jovens, que não querem mais viver no campo. Esse problema não é novo, vem se arrastando a tempos no Brasil, precisamos estimular mais o jovem a permanecer no meio rural para que não migre para o meio urbano, somente por falta de opção no campo ou pela desvalorização do seu trabalho. Infelizmente, algumas vezes, na grande maioria dos casos essa parcela da população, só vem inchar as cidades e aumentar os problemas urbanos. Essa problemática foi levantada pelos próprios alunos como vemos: “*Percebemos que os jovens agricultores de hoje, estão diminuindo cada vez mais, esses camponeses pensam em vir para a cidade, trabalhar, fazer faculdade e ganhar mais, ai que se enganam, o custo de vida na cidade é muito elevado.*” (03). A questão não é o trabalhador do campo não estudar, também tem direito de fazer faculdade, a questão que se coloca é o abandono do campo por falta de estruturas e condições concreta de permanência, como no relato abaixo:

[...] a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem. Essa situação tem repercutido nesta realidade social, na ausência de estradas apropriadas para escoamento da produção; na falta de atendimento adequado à saúde; na falta de assistência técnica; no não acesso à educação básica e superior de qualidade, entre outros [...]. PINHEIRO,2011 apud FERREIRA. BRANDÃO, 2011, p. 04).

Diante desta problemática, torna-se urgente o apoio do governo com políticas que auxiliem o pequeno produtor rural com estradas adequadas, uma saúde e educação de qualidade para assegurar e garantir a permanência deste jovem no campo.

Muitas pessoas apresentam uma visão errônea sobre o trabalhador do campo, tem a imagem de pessoas sofridas, sujas, uns coitados, que levantam cedo para trabalhar e só conseguem o sustento. Mas vimos que não é essa a realidade, eles tem uma renda boa, melhor até que muitos que vivem nas cidades.

Comilo (2008) traz uma contribuição interessante sobre o resgate da memória coletiva e o resgate da cultura camponesa, no sentido de entendermos as dificuldades na construção da identidade do trabalhador do campo. Afirma que:

[...] Muitas vezes o camponês recusa-se a assumir sua identidade, pois, ao longo de sua história, foi considerado como “rude” e inferior. O próprio campo é visto como um espaço inferior à cidade. A consciência de classe passa pela consciência de identidade, que, no caso aqui discutido, é a da cultura camponesa [...].

Em alguns momentos parece que os estudantes demonstram outra visão do homem do campo, essa visão surge na fala dos alunos quando afirmam que eles possuem uma boa renda, e que ganham mais que muitas pessoas que trabalham em empresas na cidade. Assim sendo, não são uns “coitados”.

Essa ideia é reafirmada em outro depoimento: “*Entendemos agora que dependemos deles para sobreviver, pois sem eles não teríamos comida em nossa mesa, então devemos sempre valorizar seu trabalho.*” (aluno 04).

Percebemos que o nosso aluno muda a forma de ver o agricultor, quando percebe o amor com que esse trabalhador realiza suas atividades, e entende o quanto dependemos deles e do seu trabalho “(...) *isso nos levou ver os agricultores com mais respeito e perceber que não podemos viver sem eles.*” (aluno 05).

Reafirmamos a ideia de que o agricultor trabalha com amor, e ama o que faz na citação a seguir.

“A tradição camponesa, que por um momento parecia ter uma conotação negativa, diante do saber universal, renovado pela aplicação da ciência e de novas tecnologias, torna-se, nesse novo contexto, uma qualidade positiva. O agricultor familiar se apresenta, em tal pacto, como aquele que conhece de modo especial e detalhado a terra, as plantas e os animais que são seus, e que, por esta razão, sente-se comprometido com o respeito e a preservação da natureza, possuindo o que Carlos Rodrigues Brandão chamou “o afeto da terra” (Brandão, 1999) e o amor pela profissão. O conceito de camponês é, nesses casos, ressemantizado.” (WANDERLEY, 2003, p. 54).

O autor fala da terra, das plantas como não sendo seus, e dessa forma sente-se mais comprometido com a terra e com o que ela produz. Exatamente isso que os pequenos agricultores transmitiram aos nossos alunos com suas palavras e modo de se referir a terra.

4.2- Resignificando a forma Como o Homem do Campo é Visto

Segundo os alunos com essas atividades de intervenção “*passamos a olhar essa parcela da população com diferentes olhos, dando a devida importância e reconhecimento que buscam, mas acima de tudo merecem*” (aluno 06). Um importante e significativo depoimento nos faz pensar outro ponto da nossa relação com o sujeito do campo no sentido de refletir sobre “quem depende de quem”. Em seu artigo Baudel (2003) já escreve sobre a força do trabalhador do campo, a forma e coragem de escrever sua própria história.

“o agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E o faz recorrendo à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se, como já foi dito, às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural.” (BAUDEL, p.58, 2003)

Devemos olhar esses “homens” como protagonista da sua própria história e indispensável as nossas vidas. A relação que existe é de interdependência, ou seja, um depende do outro, mas certamente nós dependemos mais deles do que eles de nós, e a partir do momento que entendermos isso vamos tratar o homem do campo como ele merece, com respeito, dignidade e acima de tudo com igualdade.

Ainda cabe destacar que para alguns alunos o mais importante de toda a intervenção, foi exatamente a metodologia de trabalho usada pela casa familiar rural, que utiliza a pedagogia da alternância e une à teoria a prática.

“o objetivo da Casa Familiar Rural é associar teoria e prática dentro dos conhecimentos adquiridos, aperfeiçoando o Jovem agricultor dentro de sua propriedade em atividades específicas que signifique alternativas para melhoria e rentabilidade da propriedade.”

E a sugestão dada por eles é que essa prática ocorra também em nossa escola como podemos ler a seguir:

“... O que mais gostei da casa familiar rural é que eles unem à teoria a prática, e isso poderia ocorrer em nossa escola” (aluno 07). Essa frase do estudante nos leva obrigatoriamente a questionar nossas escolas e práticas, tornando-se extremamente significativa e oportuna. Conforme o desejo do nosso aluno, a busca pela articulação entre teoria e prática tem sido uma constante, porém sabemos das dificuldades que temos em conseguir uma educação verdadeiramente significativa. Esse depoimento nos faz pensar em nossa prática como escola urbana. O que fazemos em termos de práticas significativas a fim de melhorar a aprendizagem dos nossos alunos?

Na aprendizagem significativa o aluno constrói o conhecimento a partir do que ele conhece, e a aprendizagem se dá a medida que o aluno complementa seus conhecimentos. Essa aprendizagem está longe da decoreba, onde decoram, mas não sabem para que serve, ou seja não tem significado para a sua vida. Esse tipo de aprendizagem infelizmente é bastante comum nas escolas, Rabelo (1994, p.38) afirma que:

Esse modelo clássico de conceber o ensino está fundamentalmente baseado na ideia e na prática que temos de fazer uma escola para a transmissão de conhecimento através da transmissão de informação. Ou seja, a escola detém o conhecimento e sua única função é passá-lo tal qual se encontra, pronto e acabado, a seus alunos, informando-os sobre ele, acreditando e esperando que o estudante se aproprie dessa informação e a transforme em conhecimento. Entende-se aqui informação como simples dado armazenado arbitrariamente na memória. (RABELO, p.38, 1994).

Esse modelo de ensino proporciona poucos avanços na formação do educando, para mudar essa realidade sugere-se que, nas salas de aula, sejam trabalhadas atividades pertinentes a cada série da Educação Básica, respeitando o desenvolvimento intelectual do aluno. Desta forma evidencia-se a necessidade de valorizar o aluno, despertando nele a criatividade e a reflexão que contribuam para uma aprendizagem mais significativa.

V. CONCLUSÃO

A história da educação do campo leva a uma identificação pessoal, pois faz parte da história de vida como filha de pequeno agricultor, indo morar na parte urbana do município aos sete anos . Entendemos bem a importância do campo para a cidade, a necessidade da valorização das escolas do campo e a responsabilidade que nós educadores temos nesse processo. Segundo Arroyo (2006) a educação do campo tem que possuir uma visão mais rica do conhecimento e da cultura. É preciso que os conteúdos curriculares incorporem os saberes do campo, que prepare o homem para o trabalho, para a emancipação, para a justiça, para a realização plena como ser humano. Sendo assim, é preciso que a escola do campo crie sua própria identidade, que quando olharmos para a proposta pedagógica possa ver o homem do campo identificado nela, para isso, é importante que a escola esteja mais aproximada da realidade na qual está inserida e mais preparada para dela participar efetivamente. De acordo com os textos e relatos compreendemos que para resgatar e valorizar a identidade do trabalhador do campo é necessário que haja mudanças culturais e comportamentais. Na prática, todos precisam quebrar os preconceitos no sentido de mudar a visão que a sociedade brasileira tem em relação a eles próprios. Dessa forma, as escolas existentes no campo, e mesmo as da cidade, poderão contribuir com a mudança de paradigma e com as lutas por melhorias na educação e na vida destes trabalhadores. Apesar dos avanços em vários aspectos, métodos pedagógicos, materiais didáticos referentes ao trabalho do homem do campo, ainda há muito que se construir para que se tenha uma educação valorizadora aos cidadãos que vivem no campo. Isso fica claro no depoimento dos alunos, porém pequenas ações contribuem e muito para que essa mudança aconteça. Na avaliação final ficou claro que os alunos que até então não conheciam o trabalho do homem do campo, e passam a conhecer, começam a olhá-los de forma diferenciada, mudam suas atitudes e reconhecem que para o pequeno agricultor ser mais valorizado é preciso que receba um olhar diferenciado de todos nós, pois dependem da nossa postura e de ações para a permanência do agricultor em suas propriedades, com garantias de uma vida digna a ele e sua família.

VI. REFERENCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **A escola do campo e a pesquisa** do: metas. In: MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 103- 116.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, DF, 2001.

CASAS FAMILIARES RURAIS. Disponível em:

<[http://www.arcafarsul.org.br/page/publicacoes/ler/662/jovens-da-casa-familiar-rural-de-rosario-do-ivai-realizaram-visita-de-estudos-sobre->](http://www.arcafarsul.org.br/page/publicacoes/ler/662/jovens-da-casa-familiar-rural-de-rosario-do-ivai-realizaram-visita-de-estudos-sobre-). Acesso em: 22 mar. 2014

COMILO, Maria Edi da Silva. A construção coletiva da escola: a Escola Chico Mendes e sua História. In: ANGHINONI, Celso; MARTINS, Fernando José (Org.). **Educação do campo e formação continuada de professores**. Porto Alegre; Campo Mourão: EST Edições; FECILCAM, 2008.

CONAB-**Companhia Nacional de Abastecimento**. Disponível em:<

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/7420aabad201bf8d9838f446e17c1ed5..pdf>>.Acesso em:02 abr.2014.

DCE'S-**Diretrizes Estaduais do Campo**. Disponível em:<

http://www.nre.seed.pr.gov.br/umuarara/arquivos/File/diretrizes_estaduais_campo.PDF>.Acesso em: 24 mar. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LDB-**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível

em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4074.htm> .Acesso em: 24 Jun.2013.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas.shtml>>. Acesso em: 17 Mar. 2014.

RABELO, E.H.;LORENZATO S.A. **Ensino de Matemática: Reflexões para uma aprendizagem significativa**. Revista Zetetiké. Campinas, ano 2, nº 2, p.37-46, março de 1994.

BAUDEL, Maria de Nazareth Wanderley. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade** . Disponível em< <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/238/234>>. Acesso em :28 fev.2014.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidades em Construção. Disponível em< <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/135/131>>. Acesso em: 17 mar. 2014.